

Pensionistas com Recursos Vinculados) o valor de R\$ 432.172.296,13, limitado este ao total da referida despesa, que é integralmente suportada pelos recursos do FUNAFIN. Item 6, Acórdão T.C.- PE nº 1352/13.

Nota5. A Publicação no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em virtude das limitações deste sistema, exigiu a redução da escala monetária no detalhamento mensal, comparado ao relatório publicado no sítio da STN/SICONFI (<https://siconfi.tesouro.gov.br>), e apresenta divergência no formato do formulário publicado no SICONFI.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente

Carleide Maria Bezerra

Diretora de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

Liosvaldo Xavier Lopes de Souza

Secretário de Finanças e Contabilidade

Maurilho Cavalcanti Alves

Secretário de Auditoria Interna

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: **Janeiro/2024 a Dezembro/2024**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DIPONIB. DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercício Anterior (b)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos Do Exercício (c)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercício Anterior (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO CANCELADOS DO EXERC. (g)	EMPENHO NÃO LIQUIDADO (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	90.374.757,99	-	4.530.870,25	-	63.191.943,49	22.651.944,25	-	-	22.651.944,25
Recursos Ordinários - Adm Direta (Tesouro)	90.374.757,99	-	4.530.870,25	-	63.191.943,49	22.651.944,25	-	-	22.651.944,25
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	528.267.415,71	-	21.095.159,92	-	42.996.175,92	464.176.079,87	-	-	464.176.079,87
Recursos do FERM - PJPF (Nota 1)	447.714.548,22	-	21.095.159,92	-	2.066.458,08	424.552.930,22	-	-	424.552.930,22
Recursos do FUNSEG (Nota 2)	38.457.063,36	-	-	-	43.648,38	38.413.414,98	-	-	38.413.414,98
Recursos Extraorçamentários Vinculados Precatórios	36.432.649,02	-	-	-	36.432.649,02	-	-	-	-
Recursos Provenientes de Alienação de Bens/ Ativos	1.209.734,67	-	-	-	-	1.209.734,67	-	-	1.209.734,67

Outros Recurso Extraorçamentário (Nota 3)	4.453.420,44	-	-	-	4.453.420,44	-	-	-	-
TOTA (III) = (I + II) (Nota 4)	618.642.173,70	-	25.626.030,17	-	106.188.119,41	486.828.024,12	-	-	486.828.024,12

FONTE: Sistema e-Fisco Financeiro - Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade - Recife, 24 de janeiro de 2025.

Nota 1: Recursos do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário de PE - FERM - PJPE

Nota 2: Recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG

Nota 3: Outros recursos extraorçamentários compreendem os ingressos pertencentes a terceiros, oriundos de cauções e depósitos relacionadas a licitações e outros ingressos.

Nota 4: Conforme orientação constante no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF-14ª edição), a disponibilidade de caixa bruta é composta pelo somatório dos valores evidenciados em caixa, bancos e aplicações financeiras, não fazendo parte desse grupo os créditos a receber. Do total do passivo financeiro extraorçamentário, não foi considerado o montante de R\$ 1.216.301,63, por ter como contrapartida direitos a receber entre unidades gestoras do Poder registrados em contas de ativo financeiro que não foram contemplados na disponibilidade de caixa bruta deste relatório e que não comprometerá a disponibilidade quando de sua quitação.

Nota 5: O detalhamento da disponibilidade de caixa deste demonstrativo difere do relatório publicado pelo Poder no SICONFI, em razão de alteração na plataforma do SICONFI, que impossibilitou a criação da identificação dos recursos de acordo com os cadastrados no sistema orçamentário e financeiro, limitando assim aquelas definidas pela STN. Entretanto, obrigatoriamente, mantida a igualdade do montante dos recursos vinculados e não vinculados.

Des. Ricardo Paes Barreto

Presidente

Carleide Maria Bezerra

Diretora de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

Liosvaldo Xavier Lopes de Souza

Secretário de Finanças e Contabilidade

Maurilho Cavalcanti Alves

Secretário de Auditoria Interna

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2024 a Dezembro/2024

RGF, art. 48 - Anexo 6

R\$1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE
Receita Corrente Líquida	43.811.252.907,17
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	43.773.481.815,45

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal – DTP	1.976.401.094,95	4,52
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.626.408.908,93	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	2.495.088.463,48	5,70
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	2.363.768.018,03	5,40